



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JUNHO DE 2017

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, na sala de sessões da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu pelas catorze horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia nove de junho, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- A preencher nos termos do Regimento
- Apreciação do pedido de renúncia ao mandato do Deputado Municipal António Francisco Bentes Gil

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1 – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
- 2 – Terceira revisão ao orçamento e grandes opções do plano – ano financeiro de 2017;
- 3 – Contratação de empréstimo de longo prazo para fazer face a investimentos municipais;
- 4 – Proposta de criação do Conselho Municipal de Educação;
- 5 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia/União de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação;
- 6 – Proposta de alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2017;
- 7 – Transferência para as Freguesias/União de Freguesias para auxílio no âmbito escolar – Higiene, Limpeza e Expediente;
- 8 – Adesão da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova à Associação Nacional das Assembleias Municipais;
- 9 – Proposta de gemação entre o Município de Idanha-a-Nova e a Comune Di Finale Ligure (Savona, Itália).

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência do senhor António Manuel Creado Inácio Geraldês, substituído pelo senhor Hélder Manuel Henriques Pintado, da senhora Maria Fernanda Simões Soares, substituída pela senhora Graça Maria Ferrer Pires, do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, do senhor Pedro Miguel Moreira Ribeiro, substituído pela senhora Paula Cristina Lopes D'Almeida Ribeiro, da senhora Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias, do senhor João Malhadas Moreira, do senhor Albano Manuel Reynolds Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, substituído pela senhora Ana Filipa Fonseca, e do senhor Joaquim Manuel Correia Chambino, Presidente da Junta de Freguesia de Rosmaninhal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 26 DE 23-06-2017

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da entrada de um pedido de renúncia ao mandato do senhor deputado António Francisco Bentes Gil, o qual teve a aceitação por parte dos senhores deputados e nos termos regimentais estando presente a substituta, senhora Maria de Lurdes dos Santos Quaresma Boavida, a mesma foi chamada para ocupar o cargo sendo empossada de seguida.

De seguida deu início à discussão dos assuntos inseridos na ordem de trabalhos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à senhora deputada Graça Ferrer para fazer parte da Mesa dado que a segunda secretária da mesma estava a faltar. De seguida solicitou aos senhores deputados e demais pessoas presentes na sala para fazer um minuto de silêncio em memória das vítimas dos incêndios que assolaram o nosso país, mais concretamente na região centro. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia disse que temos hoje presentes alguns convidados que são conhecidos por parte dos senhores deputados e estão aqui em representação do Corpo Nacional de Escutas para procederem à apresentação do XXIII Acampamento Nacional do CNE que se realiza no nosso concelho, mais concretamente no CNAE- Monte de Trigo em Idanha-a-Nova de 31 de julho a 6 de agosto, uma organização de juventude que tem forte impacto na nossa sociedade e também pela importância que tem no concelho de Idanha, nomeadamente na sede de concelho e também em algumas das outras freguesias do concelho. Por isso agradeço a forma como a direção do CNE aqui está representada, não pelo seu chefe nacional, porque está ausente nos Açores em reunião do Conselho Nacional, mas pelo chefe de protocolo que é conhecido pois já vem a Idanha há muitos anos e que foi uma das pessoas que mais lutou para que o campo em Idanha-a-Nova fosse uma realidade e a quem eu peço, obviamente, que faça a apresentação do evento.

O senhor Vitor Faria disse estar presente em representação do chefe nacional e do chefe de acampamento que não podem estar presentes por estarem em reunião do conselho de chefes regionais a decorrer na Região Autónoma dos Açores e antes de proceder à apresentação do XXIII ACANAC que reunirá cerca de vinte e dois mil escuteiros em terras de Idanha, queria antes de mais agradecer a ajuda que o município tem dado aos escuteiros e é daqui que sempre saímos com imensa alegria e esperança de aqui voltar, pese embora algum calor que naquela altura do ano se faz sentir.

O CNE realiza os seus acampamentos nacionais desde 1926 e é onde juntamos os escuteiros de todo o país, em 1926 eram poucos, mas já se realizar vinte e dois acampamentos, dos quais os últimos dois se realizaram em Idanha-a-Nova, onde houve uma extraordinária alteração porque passamos a ter uma casa e um terreno onde podemos juntar tanta gente. Os acampamentos nacionais têm tido uma periodicidade de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos, percorrendo as várias regiões, mas a partir do acampamento realizado em Santa Margarida – Campo Militar, e com a vossa ajuda, passamos a realizar no CNAE em Idanha-a-Nova os acampamentos nacionais, sendo o primeiro no ano de 2007, onde estiveram presentes nove mil e trezentos escuteiros e comemorava-se então o centenário da fundação do escutismo, e aproveitei para informar que em 2013 será o centenário da nossa associação e Idanha seguramente que nos vai receber, apesar de nada ainda estar decidido relativamente ao local desse acampamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 26 DE 23-06-2017

Sublinho que cinquenta mil escuteiros, desde 2007, passaram pelo CNAE do Monte de Trigo e por conseguinte pelas freguesias do concelho, os quais levaram uma imagem dos locais visitados e alguns aqui voltam para, com mais tempo disfrutarem, com os seus familiares, momentos de lazer e convívio.

Nove mil e trezentos escuteiros em 2007, e lá do alto do monte não se viam árvores, hoje já está bem diferente porque se tem efetuado reflorestamento e em 2012 foram dezassete mil e cem escuteiros o que foi uma festa, mas diga-se que o acampamento nacional é a festa do escutismo e é onde se encontram escuteiros de todo o país e alguns estrangeiros e que vivem esta festa e este encontro.

Este acampamento será o maior que nós já organizámos, estarão presentes cerca de três mil e oitocentos voluntários, pois os nossos dirigentes são todos voluntários que dispõem do seu tempo de férias para estarem com os jovens, dois mil e oitocentos lobitos, seis mil e trezentos exploradores, seis mil e oitocentos pioneiros e dois mil e quatrocentos caminheiros, além dos cento e oitenta e cinco estrangeiros.

Algumas curiosidades pois os escuteiros nos dias 1 a 4 de agosto estarão em atividades foram do CNAE e estarão distribuídos por todas as freguesias do concelho de Idanha e os caminheiros, além das freguesias do concelho de Idanha também estarão presentes em freguesias dos concelhos de Castelo Branco, Penamacor e Fundão. Para isso foram alugados oitenta autocarros para transporte dos escuteiros, na barragem haverá trezentas e vinte canoas, no campo temos dois supermercados com seiscentos metros quadrados cada um a dar apoio à alimentação, é necessário explicar a quem não foi escuteiro que nós confeccionamos a nossa comida, tendo por base uma ementa orientativa. Temos dois restaurantes em campo, um com capacidade para três mil e quinhentas dirigentes e outro para novecentos lobitos, claro que quer um quer outro será em sistema rotativo. Para garantia de segurança na barragem há um perímetro que ninguém poderá ultrapassar sem ser portador de um colete de salvação e sapatos adequados para água.

Temos uma arena no campo, com capacidade para vinte e cinco mil pessoas, e já agora aproveito para convidar todos os senhores deputados municipais a estar presentes na cerimónia de abertura que terá lugar no dia trinta e um de julho com receção a partir das dezassete horas e sublinho que teremos muito gosto em recebê-los no campo e se não puderem nessa data ou no dia cinco de agosto que é a cerimónia de encerramento, poderão fazer uma visita bastando dirigir-se ao serviço de protocolo que funciona nas casas do antigo arraial, reconstruídas.

O tema do acampamento é “Abraça o Futuro” e esta mensagem que nós tentamos passar aos nossos jovens deverá prosseguir para além do acampamento. É isso que nós queremos, Abraçar o Futuro com Idanha e com todos aqueles que colaboram connosco, através da criação, transformação, inovação, cooperação, é isto que nós propomos aos acampados

Esta é a mensagem que queria fazer chegar até vós, agradecendo por um lado, mas por outro lado pelo desculpa pelas dor de cabeça, e como sabemos a coisas nunca são perfeitas e todos nós vamos certamente provocar alguns constrangimentos em alguns locais, como por exemplo cafés, pastelarias, piscinas, mas há uma coisa que garanto, é que os jovens que estiverem no acampamento nunca mais esquecerão Idanha.

Terminada a intervenção do chefe Vítor Faria, o senhor Presidente da Assembleia disse “só tenho a desejar ao CNE e a este XXIII ACANAC as maiores felicidades para todos, que corra tudo bem e formular aqui um desejo, obviamente, que o acampamento do centenário seja feito em Idanha-a-Nova, é um desafio que certamente a câmara municipal abarcará e um bem-haja pela apresentação do evento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, salientando um convite do Corpo Nacional de Escutas para estarmos presentes na cerimónia de abertura do XXIII ACANAC que terá lugar no dia trinta e um de julho no CNAE, a partir das dezassete horas, bem como uma carta do município Luís Salgueiro de Zebreira relativamente à placa identificativa da freguesia de Zebreira, informando que lhe iria responder.

Seguidamente e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória das atas número vinte e quatro e vinte e cinco, da sessão extraordinária do dia vinte e cinco de abril e da sessão ordinária do dia vinte e oito de abril, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar às mesmas.

Não havendo pedidos de emenda à ata da sessão extraordinária realizada no doía vinte e cinco de abril, o senhor Presidente da Assembleia informou que dos senhores deputados presentes não podiam votar a ata em apreço, Manuel da Fonseca Monteiro, Mário Pissarra Pires, António Moreno da Cruz, Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Maria Helena Geraldês Esteves e Silva, José Magro Torres Brito, Jorge Daniel Pinto Fonseca, Hélder Manuel Henriques Pintado, Paula Cristina Lopes Almeida Ribeiro, Maria de Lurdes dos Santos Quaresma Boavida e Ana Filipa Fonseca, em virtude de não terem estado presentes na sessão do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezassete.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação tendo sido a mesma aprovada por UNANIMIDADE.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de abril informando que os senhores deputados Joana Mata Serrasqueiro Rossa, Manuel da Fonseca Monteiro, Paula Cristina Lopes Almeida Ribeiro, Maria de Lurdes dos Santos Quaresma Boavida e Ana Filipa Fonseca não podem votar a ata em virtude de não terem estado presentes na referida sessão. Terminada a votação a ata foi aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra por parte dos senhores deputados.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ esta minha intervenção compõe-se por duas partes, uma eu gostaria de dizer qualquer coisa relativamente àquilo que tão simpaticamente o senhor chefe Vítor Faria aqui veio fazer e pelo facto de representar uma comunidade tão importante quer para o desenvolvimento local, quer para o desenvolvimento nacional, uma vez que os senhores criam carater em jovens o que é de enaltecer. É um evento que trará aqui vinte mil pessoas, o qual vem, além de prestigiar o concelho, vem trazer uma série de dividendos que dos quais poderemos tirar partido no futuro, e deduzindo apenas das suas palavras e nada mais do que isso, e gostaria também de dizer o quanto me orgulha o facto de uma pessoa, e sem desprimor para os restantes, com as responsabilidades tão grandes que tem a nível nacional estar aqui connosco nesta assembleia o que me parece fantástico.

Tenho pelo Corpo Nacional de Escutas um apreço muito grande e devo dizer-lhe que representam valores que muitas vezes não estão representados nas nossas sociedades atuais. Mais uma razão para ficar contente com a vossa presença aqui e com tudo aquilo que representam.

Posto isto gostaria agora de falar da minha intervenção e gostaria de falar, senhor Presidente da Câmara dirigindo-me diretamente ao senhor sobre a calamidade que atingiu este país, gostaria de lhe falar sobre a limpeza das bermas que é fundamental, uma vez que existe um gabinete aqui na Câmara Municipal, à semelhança do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

existe no resto da país, uma vez que se cumpre a lei, é um requisito que vem da própria lei, gostava de perceber porque é que estão tão atrasadas as limpezas de bermas neste concelho e qual é o critério que norteia quer a câmara, quer o gabinete em questão, para que se processe essa mesma limpeza um a vez que é uma salvaguarda mínima de propagação de incêndios e portanto por forma a evitar que tenhamos aqui algum tipo de calamidade ou quanto o muito minimizar o risco de ocorrência de qualquer tipo de calamidade.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ é evidentemente com grande alegria que assisti a esta exposição do novo acampamento do Corpo Nacional de Escutas que é sempre uma mais-valia, não só para os jovens que nos visitam, mas também para as suas famílias e também para o nosso concelho.

O concelho já está habituado a fazer grandes eventos e não podia deixar de referir aqui o que aconteceu aqui muito recentemente. O concelho de Idanha-a-Nova foi palco para nele se fazer o encontro nacional de avaliação da atividade nacional das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens relativa ao ano de dois mil e dezasseis. O encontro decorreu no recinto da feira raiana de dezassete a dezanove de maio e contou com a presença de cerca de setecentos especialistas representantes das CPCJ,s dos municípios do continente e ilhas. Antes da sessão de abertura aconteceu um momento musical com muito significado interpretado por alunos com necessidades educativas especiais. Durante três dias Idanha foi escolhida para acolher este encontro e foi bem escolhida porque é um concelho cuja autarquia tem apostado na educação, na criação de melhores condições para os seus jovens, preparando o futuro. Foram abordados temas importantes, como a formação e proteção dos direitos humanos da criança. Estiveram presentes certas individualidades, Ana Sofia Antunes, Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com deficiência, a Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal e Helena Freitas, Coordenadora da Missão para valorização do Interior. A organização em Idanha do encontro nacional das CPCJ mereceu os maiores elogios dos participantes e destaque as palavras do Presidente Nacional de Promoção dos direitos das crianças e jovens Armando Leandro que disse “estou encantado com a organização idanhense e digo que as CPCJ partem de Idanha-a-Nova com o fecho da nossa solidariedade mais apertado e cada vez mais decididas a fazer melhor”. Felicito a câmara na pessoa do senhor Presidente e a CPCJ de Idanha dirigida por Patrícia Alexandre pela magnífica organização e promoção do concelho de Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado José Claro que disse que “o senhor deputado Paulo Baptista disse aqui, e bem, que não devemos tirar elogios de uma catástrofe nacional e que se não devia falar, mas é mesmo disso que venho falar. O assunto que aqui me traz hoje são os incêndios, todos nós lamentamos, não só as vidas que se perderam, bem como os danos causados, quase irreparáveis, e todo um património que vai durar décadas a recuperar. Entendo que nada pode ficar como dantes, muito vai que ter de ser pensado e avaliado. Algumas cabeças vão ter que pensar ainda mais. Uma avaliação da situação não estou `altura de dizer a mais ou menos correta porque uma coisa é falar de incêndios cá fora, outra coisa é falar de incêndios lá dentro. Fala-se muito e por vezes sabe-se pouco, é preciso estar-se lá dentro para saber o que lá vai e certamente que quem esteve no teatro das operações se não fez melhor foi porque não pode. Mas é de mais para ser verdade que uma tragédia como esta tenha acontecido em Portugal. Foi um fenómeno, todos sabemos, mas Portugal tem que estar preparado para fazer mais e melhor. Como diz o governo e bem, a culpa não pode morrer solteira, cá estaremos para ver o que vai acontecer. A lei é clara e transparente e só há uma questão de a fazer aplicar e fazer cumprir. Não existe nenhuma lei que seja cumprida na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

integra. Atualmente existem vários organismos em torno da floresta, os bombeiros, a proteção civil nacional distrital e municipal, a GNR, mas afinal tantas entidades e os resultados são os que vemos e que nos deixa a todos muito tristes.

Senhor Presidente da Câmara, queria deixar aqui bem fincada a minha posição sobre esta matéria para que se aplique a lei. Em matéria de limpeza, conservação e desmatação em todas as freguesias. Há um velho ditado que aprendi de pequeno que diz, quando vires as barbas do teu vizinho a arder põe as tuas de molho. Não quero dizer que se vá aplicar coimas a todos os que não cumpram a lei, mas tem que ser feita uma intervenção com cabeça, tronco e membros, não cedendo a quem quer que seja. Pedia ao senhor Presidente da Câmara que reunisse mais uma vez com os bombeiros e proteção civil, GNR e outras autoridades para que a lei passe a ser aplicada.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ quero começar por cumprimentar Vitor Faria, e permita-me que o trate assim com esta familiaridade, dado que a si e a todos os dirigentes do CNE para nós já são idanhenses e são idanhenses todos aqueles que habitualmente e desde que assinamos o protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e o Corpo Nacional de Escutas fez com que todos os anos a presença de escuteiros a nível nacional e a nível internacional já fazem parte da família idanhense e já é habitual nós vermo-nos pedindo a nossa colaboração para que os encontros sejam possíveis, com meios, transportes e infraestruturas, e é para isso que nós cá estamos, e é sempre com muito gosto e prazer que os vemos e que têm sido nossos embaixadores a nível nacional e internacional e portanto este foi, na altura, com o engenheiro Álvaro Rocha, e quero aqui fazer justiça ao então Presidente da Câmara e do vereador Joaquim Soares, que de muito de perto acompanhou todo este processo e que fez que este fosse um investimento muito significativo mas com grande retorno para Idanha-a-Nova e portanto é com muito gosto que aqui vemos o terceiro acampamento com uma previsão de vinte e dois mil escuteiros aqui em Idanha e mais uma vez será um evento de nível nacional que em Idanha é feito e que trará muita gente a Idanha, mas sobretudo confiamos que consigamos junto dos que virão a Idanha, quer seja a primeira vez ou não, levem uma imagem muito positiva de Idanha e continuem a ser os nossos embaixadores. Continuaremos a dar todo o nosso apoio a este acampamento com os nossos colaboradores e envolvendo também as nossas freguesias e as gentes da Idanha para que seja um sucesso este acampamento.

Relativamente às questões que aqui me foram colocadas pelos senhores deputados Paulo Baptista e José Claro dizer que no que se refere à limpeza das bermas e da vegetação que temos no concelho de Idanha, obviamente o concelho de Idanha tem mil quatrocentos e dezassete quilómetros quadrados e ainda esta semana, na qual houve esta tragédia terrível para Portugal, sobretudo pelas perdas humanas, temos todos que pensar todo este processo e estes acontecimentos à escala das freguesias terá que ser um designio nacional. Na nossa perspetiva tudo isto tem muito a ver com estratégias de desenvolvimento que temos, o facto de sermos o segundo país mais assimétrico do mundo, os territórios da ruralidade estão muito despovoados e sobretudo de economias, o que antes acontecia é que estes campos e estas florestas estavam limpas, as pessoas cuidavam e cultivavam os seus campos e limpavam as suas florestas, o que hoje não se verifica. É completamente impossível para os municípios e para as juntas de freguesia terem meios para substituir todas as pessoas que saíram do território e toda a atividade económica que saiu do território. O nosso entendimento sobre a reforma da floresta que está em curso é de que os municípios e as juntas de freguesia possam ter aqui um papel mais ativo, e mais ativo na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

descentralização de meios e de oportunidades e muitas vezes esta descentralização de meios e de oportunidades e muitas das vezes esta descentralização de meios e de oportunidades passa pelo quadro comunitário que tem que disponibilizar meios para que nós possamos utilizá-los na limpeza e na prevenção dos fogos florestais. É evidente que isto não inibe que os privados proprietários de terras no território tenham a sua responsabilidade e também tenham que fazer aí o seu papel, mas também eles, para que a atividade económica seja possível dinamizar-se tem que haver incentivos para eles, o mundo rural tem que ter outro nível de incentivos. Mesmo por isso a resposta às questões que me foram aqui colocadas sobre a limpeza das bermas e de toda a área vegetal que nós temos no concelho de Idanha, por muito que nós queiramos nunca vamos conseguir resolver como nós desejaríamos. Nós somos daqueles que investimos por ano mais de quinhentos mil euros em prevenção, não só no apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, nas nossas equipas de sapadores florestais e nas nossa equipas municipais de apoio aos incêndios florestais, equipas que não são absolutamente subsidiadas pelo estado, nenhuma das nossas equipas é subsidiada, que são algumas e já pedimos mais à administração central de modo a serem subvencionadas, mas independentemente delas serem subvencionadas, nós vamos aumentar o número de equipas de intervenção porque entendemos que é importante estarmos no terreno e podermos fazer esta prevenção, e porque as pessoas todos os dias nos pedem o apoio para corte de vegetação. É videntes que as pessoas também se foram demitindo desta ação, pois antigamente era corrente vermos as pessoas limparem os seus caminhos e as suas ruas, mas agora esperam que seja ou a junta de freguesia, que não tem os meios suficientes, ou a câmara municipal através destas equipas de sapadores, mas terá que haver uma maior sensibilização e uma maior interação por parte das populações.

A estratégia para o corrente ano, e dado que vão ocorrer eventos que trazem muita gente, como é o caso do ACANAC e Feira Raiana, foi a de acudir às zonas onde se irão movimentar essas massas de gente e acudir no que for possível às zonas de maior perigo de incêndio.

Ainda sobre este assunto quero dar uma informação a esta assembleia, certamente que se lembram que há dois anos houve fogos muito complicados no norte da província da Extremadura espanhola e foi uma coluna de bombeiros portugueses que foram ajudar no combate às chamas o que nessa altura essa ação foi muito elogiada por parte do governo e das populações da Extremadura e agora num grande sinal de solidariedade desta vez também o ajuntamentos da serra da gata entraram em contato comigo depois do fogos de Pedrógão Grande e dos municípios vizinhos, reuniram e continuam a reunir um conjunto de apoios e hoje vem o primeiro camião até Idanha-a-Nova e que depois vamos acompanhar até Pedrógão Grande e que representa a solidariedade dos nossos irmãos espanhóis da Extremadura e que gostaria aqui de enaltecer este gesto por parte dos nossos irmãos estremenhos.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse estar encerrado o período antes da ordem do dia, pelo que se passou de imediato à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ o senhor Presidente da Câmara veio aqui mas esqueceu-se de três coisas, uma foi de responder à pergunta que eu fiz de qual a estratégia e modo de atuação e não respondeu, referiu-se apenas aos grandes eventos mas não adiantou mais sobre as prioridades que havia e qual o critério. Segunda coisa esqueceu-se do meu nome mas não tem grande problema, e em terceiro lugar esqueceu-se de outra coisa, é que a vinda dos escuteiros para o concelho de Idanha também teve em grande medida o apoio de um ex-deputado desta assembleia que muito diligenciou nesse sentido e que raramente é referenciado, já foi aqui mencionado pelo senhor Presidente e Secretário da mesa da Assembleia, mas convém ser mencionado em regime de paridade com os restantes no futuro, que é o senhor Ilídio Vital.

Relativamente ao documento sobre a situação financeira e sobre a atividade do município não sei se estamos a usar o acordo ortográfico ou não, porque às vezes há aqui uns problemas, mas gostava de falar sobre os quadros e para ser rápido e sucinto o documento refere que há um montante de pedidos de pagamento efetuados e ainda não recebidos pelo município no valor de um milhão, trezentos quarenta e dois mil e dois euros e gostava de chamar a atenção dos senhores deputados que este montante aqui referido pode vir ou não, uma vez que está dependente de overbooking e sobre execução. Há aqui um pormenor é que o prazo médio de pagamento calculado à data de cinco do corrente mês aumentou em quatro dias relativamente à última informação, que era de trinta e quatro e passou para trinta e oito. Relativamente à receita de capital, a execução tem um valor francamente baixo quando vamos quase a meio do ano e a mesma ainda não chegou aos dezassete por cento, e finalmente em relação à execução das grandes opções do plano, o plano plurianual de investimentos está ainda com valores de catorze vírgula sessenta e quatro por cento e as atividades mais relevantes com trinta e nove vírgula quarenta e cinco por cento. Estamos a meio do ano praticamente e destes são os valores que vêm aqui refletidos no documento.

Gostava de lhe falar sobre os montantes adjudicados aqui para aquisição de serviços de apoio à realização de eventos e festividades, e penso que os senhores todos leram estes documentos, mas só nós é que achamos estranho que se gaste cinquenta e cinco mil euros nisto mais na aquisição de serviços para a dinamização da animação termal e turismo da natureza de dezassete mil euros, temos aqui serviços de assessoria de comunicação e publicidade de eventos no valor de trinta e três mil duzentos setenta e seis euros e aquisição de serviços na modalidade de avença para colaboração e apoio aos espaços expositivos no concelho de Idanha-a-Nova no valor de vinte e cinco mil e duzentos euros. Senhor Presidente, eu outro dia circulando na A23 sai de Castelo Branco em direção Lisboa e deparei-me com um cartaz bastante grande que dizia festa da melancia no Ladoeiro, só que reparei que o cartaz está metido na autoestrada e que nos obriga a passar Castelo Branco e provavelmente a próxima saída fica muito à frente, por isso parece-me que a colocação daquele cartaz está mal colocado e que deveria estar antes das saídas norte e sul de Castelo Branco.

Senhor Presidente, temos aqui mais uma aquisição de serviços para manutenção dos espaços verdes e limpeza de resíduos, então estes serviços não são feitos habitualmente pelo pessoal da câmara municipal? Está também aqui um concurso para montagem de outdoors e estruturas para promoção e divulgação de eventos no valor de trinta mil euros. Gostava de saber o que são aquisição de serviços por lotes de electricista e aluguer de equipamento elétrico para eventos, no concelho de Idanha-a-Nova e há pouco foi aqui mencionado um evento bastante grande que teve a ver com a CPCJ com alocação de uma tenda com estrado, alcatifa, etc. e pagou-se por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

esta alocação quarenta e três mil setecentos e oitenta euros e alocação de mobiliário e meios audiovisuais, incluindo a montagem, desmontagem, etc., pelo valor de setenta e dois mil e quinhentos euros. Há infraestruturas que são propriedade da câmara municipal que têm espaço para isto ser realizado, compreendo que isto seja feito, enfim, de uma maneira melhor e mais agradável e inovadora, mas talvez fosse bom pensarmos que estas verbas talvez fossem melhor gastas por exemplo no saneamento e fornecimento de água às populações, pois há várias freguesias no concelho que têm tido problemas de distribuição de água, o que é perfeitamente natural, mas talvez seja bem-vindo fazer qualquer coisa nesse sentido nessas freguesias. Há aqui uma aquisição de serviços para recriação histórica, música, dança, artes visuais e outras pelo valor de cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e gostava de saber o que é a atualização cartográfica DFCI-execução de levantamento de ocupação do solo do concelho de Idanha-a-Nova que nos vai custar cento trinta e um mil e quinhentos euros.

Relativamente à situação de limpeza de valetas que eu referi no ponto anterior, decorre do cumprimento de uma lei, a 14/2004 de 8 de maio onde foi criada a comissão de defesa da floresta contra incêndios onde vem referido o gabinete técnico florestal e o gabinete municipal de proteção civil, onde vem a planificação e acompanhamento da atividade das equipas municipais de intervenção florestal, num e no outro acompanhamento da equipa de sapadores florestais em serviço no concelho de Idanha-a-Nova, o que quer dizer que tem que haver uma estratégia para esta ordem de trabalhos, e é apenas sobre a estratégia para estes trabalhos que nós estamos aqui a fazer perguntas, qual é a estratégia para a realização dos trabalhos?

Registo aqui que de 27 de abril a 1 de maio houve presença do município de Idanha-a-Nova na OVIBEJA onde promoveu o seu território como uma região especializada na produção biológica. Espero que, e como desta vez não foi chamada a Biorraia para também participar no evento, em eventos futuros seja chamada esta associação e que volto a referir é a maior associação biológica nacional e que está sediada em Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “depois de ter lido o documento vejo aqui refletidas muitas atividades culturais, desportivas, séniores, mas veio-me à mente uma preocupação que é constante em mim, que é não ver aqui em nenhum destes itens das despesas nenhuma obra grande que ficasse, que não seja só o bate e fogue, o ir e voltar, mas que seja uma obra de fundo que perdure no tempo e que crie riqueza e que fixe pessoas e isso causa-me uma certa preocupação.”

Terminada a intervenção da senhora deputada e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “não sabia do papel que o senhor Ilídio Vital tinha tido no processo da vinda dos escuteiros para Idanha-a-Nova e o senhor vereador Joaquim Soares disse-me agora e não tenho problema nenhum em reconhecer quem teve um papel importante para que os escuteiros pudessem aqui estar. Quanto às ações que temos referidas no documento e que decorrem da atividade do município, já o disse aqui e por várias vezes que nós temos que recorrer a serviços externos para executar funções que nós, e neste caso por exemplo do controlo vegetativo da limpeza das bermas, apesar de nós termos um conjunto de equipas a fazer esse trabalho e termos um conjunto de colaboradores, obviamente que temos que recorrer a outros trabalhos de empresas que nos ajudem a fazer isso. Nós não conseguimos fazê-lo na totalidade e isso aplica-se a essa limpeza com se aplica aos outros serviços que necessitamos e portanto esses são os serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 26 DE 23-06-2017

que são sempre aqui aplicados, mas também lhe posso dizer que muitas das ações que fazemos, a aproveitamos para responder também à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida, quando iniciamos estas funções dissemos que a nossa ação era na área da coesão económica e social. Não vamos dizer que não há obras para fazer, obras significativas que são importantes fazer e temos feito durante estes quatro anos, mas a importante obra que temos que fazer é o investimento nas pessoas e para as pessoas, porque o que é que aconteceu nos últimos anos foi exatamente o investimento em infraestruturas, que era necessário fazer, nas condições básicas para as pessoas viverem, na água na luz no saneamento nas infraestruturas educativas, sociais e culturais foi muito importante fazer isso e continuar hoje a manter todas essas obras, mas mais importante hoje é investir nas pessoas, na economia para invertermos os processos de saída das populações. Os últimos dados que apresentamos na última sessão da assembleia municipal mostram bem que esta saída de população e os números do INE e do PRODATA estão a inverter este processo. É evidente que sabemos que os resultados de todo este investimento não é de curto prazo, mas ficamos satisfeitos que nos últimos anos já temos números que nos animam muito neste processo para o qual temos estado a investir a começar pelas escolas, que temos aumentado o número de alunos e este ano já pedimos a abertura de mais salas de aula e de mais turmas e estas são sempre atividades com investimento na área do imaterial e a ação do encontro nacional das CPCJ foi uma oportunidade de podermos dar a conhecer o concelho de Idanha a todos os municípios do país, não só a nível da sua atratividade turística, mas também dos nossos produtos e é isto que se faz para dar notoriedade a um território como o nosso para captarmos mais investimento e para conseguirmos que aquilo que se produz aqui, quer sejam produtos do sector primário, dos que transformamos, do sector turístico ou das indústrias criativas que são os pontos onde a nossa economia mexe para que facto depois consigam ter resultados com a sua atividade. Por isso tudo isto é um trabalho na área do imaterial que é importante fazer. O que temos conseguido é fazer isso e se pudermos também elogiar aqui o papel que os nossos colaboradores têm feito, porque durante todo o ano são eles que se têm dedicado intensamente a muitas destas atividades para conseguirmos otimizar os recursos e conseguirmos com os recursos que temos obter melhores resultados e este é de facto e continuará a ser o nosso trabalho para ajudar a nossa economia, tendo também a noção de que é necessário ocorrer a outras situações como é o caso do abastecimento de água às populações.

A atualização cartográfica, como grande parte dos procedimentos que aqui temos, conseguimos ir buscar aos fundos comunitários verbas para estas nossas ações e foi por isso que desde a última assembleia municipal apresentámos esses números, nós crescemos trinta por cento na nossa captação de receitas, porque conseguimos com estas ações muito bem enquadrá-las e conseguir ir buscar fundos comunitários. É evidente, como disse o senhor deputado Paulo Baptista temos aqui fundos que ainda temos que receber em overbooking e em sobre execução mas eles já foram validados e portanto tudo leva a crer que os vamos receber.

Relativamente à participação na Ovibeja foi endereçado convite à Biorraia para estar presente.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “queria chamar à atenção para o facto de haver uma série de eventos que são retratados na informação do municípios e dos quais os deputados não são informados atempadamente e refiro-me muito concretamente a um que vai haver agora sobre a Central de Almaraz, que eu recebi informação sobre esse evento através de uma pessoa que nem sequer é membro da Assembleia Municipal mas que recebe essa informação e eu não a recebo e eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara diligencia-se



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

no sentido de que os deputados desta assembleia sejam informados previamente, e quer possam ir ou não, tenham a possibilidade de decidir se o querem fazer.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ a Câmara Municipal não fez convites a ninguém, foi sim enviada uma informação sobre a realização deste evento que se realizará amanhã pelas nove horas, no Hotel Fonte Santa em Termas de Monfortinho e é um evento proposto pela senhora eurodeputada Ana Gomes em colaboração com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova ao qual poderão aceder todos os cidadãos, portugueses e espanhóis, interessados no tema, mas estarão sujeitos ao número de lugares disponíveis na sala, não sendo permitidas presenças na sala sem que estejam devidamente colocados.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia passou ao

PONTO NÚMERO DOIS: TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2017 – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara se tinha alguma informação adicional sobre o assunto. O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que a chefe de divisão financeira e patrimonial da câmara municipal fizesse a apresentação da proposta.

Devidamente autorizada, a doutora Carla Santos disse que “esta terceira revisão ao orçamento e grandes opções do plano é referente a uma despesa que foi efetuada no ano de 2016 e que agora houve retorno ao município e por isso terá que ser incorporada no orçamento do corrente ano.”

Terminada a intervenção da senhora chefe de divisão, e não havendo mais pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à terceira revisão ao orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2017, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: quatro – Susana Martins, Paula Cristina Ribeiro, Paulo Baptista e Maria de Lurdes Boavida;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, QUATRO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2017.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu seguimento ao

PONTO NÚMERO TRÊS – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ temos aqui um empréstimo e todos sabem a nossa posição relativamente à situação do empréstimo, mas de qualquer das maneiras isto é uma daquelas situações em que a Caixa Geral de Depósitos consegue cumprir com uma série de requisitos, um a vez que há aquela situação de que o governo no sentido de combater o défice permite que haja um investimento público e portanto parece-me que é nesse âmbito que são facilitados estes empréstimos pelo banco do estado. É uma situação engraçada que gostaria de partilhar com os senhores e que os senhores deveriam pensar um pouco quando votarem estas situações de empréstimo.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “queria cumprimentar os senhores representantes dos escuteiros, mas como eles já se ausentaram faço esse cumprimento na pessoa do senhor secretário da mesa, dado que é o chefe dos escuteiros de Idanha-a-Nova, e para além de tudo o que já foi dito é muito importante de facto, como já vem acontecendo ao longo destes últimos anos o ajuntamento de tantos milhares de jovens neste concelho, precisamente um dos concelhos mais envelhecidos do país e portanto isto tem ainda um significado especial. Era bom que os jovens se mantivessem não durante uma semana mas durante o ano inteiro, mas não estou a falar desta dimensão como é obvio, mas é sempre de saudar e há pouco o chefe Vitor Faria dizia que, e quase pedindo desculpa, dos incómodos ou de alguns transtornos que estes jovens poderiam dar, mas ninguém aqui certamente se incomodará com isso, até porque trás um movimento, uma energia e uma vivacidade a que este concelho não está habituado com tanto sangue jovem e com tantos valores que efetivamente eu sei que o Corpo Nacional de Escutas transmite a esta camada jovem e por isso agradeço-lhe o esforço de trazer tão prestigiada corporação nacional a este concelho.

Posto isto, estamos aqui para falar do empréstimo de longo prazo que esta câmara municipal vai contrair seguramente porque não são os votos de três membros desta assembleia que mudarão o rumo destas deliberações. De qualquer das formas não poderemos, já como fizemos na anterior sessão, deixar aqui de dizer algumas coisas que são importantes. Há pouco nas informações do município falava-se de várias prestações de serviços, adjudicações diretas que foram feitas. Se os senhores membros desta assembleia fizerem algumas contas vão aperceber-se que o benefício direto para os munícipes com todas estas despesas representam uma insignificante percentagem no montante global, setecentos e qualquer coisa mil euros que foram gastos em três meses de festividades, que são importantes, mas só o valor parece-me, sendo uma leiga na matéria, absolutamente irrealista para aquilo que se consegue praticar no dia-a-dia, mas são opções políticas De qualquer das formas não estamos agora a falar de despesas quotidianos do dia-a-dia, estamos a falar da contração de um empréstimo, ainda assim autorizado pela legislação nacional, mas que servirá para quê? Para a realização de obras, obras essas que nós já aprovamos no orçamento para 2017 e vimos aqui discuti-las uma a uma, como certamente estão recordados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

na anterior sessão da assembleia, viemos dizer, bem para esta obra, esta, esta e aquela então vamos sujeitá-la a um empréstimo. Obviamente que nós na altura, membros do grupo municipal do PSD não rejeitamos as obras, concordamos plenamente com a realização dessas obras, não concordamos é com a contratação do empréstimo, porque essas obras estavam dotadas, tinham que ter cabimento orçamental porque numas assembleias anteriores, em dezembro de 2016 as votamos.

O doutor Pedro Grácio veio aqui defender a sua dama, e bem, e com base na legislação dizendo atenção que aqui o empréstimo é pedido só na componente nacional e não relativamente à realização do valor integral. Mas ainda assim meus senhores, será necessário nós contraírmos um empréstimo desta envergadura de dois milhões e quinhentos mil euros para a realização de obras de capital, de investimento de capital, obras que não são nada de extraordinário, são obras normais que qualquer concelho pode fazer. Quando um quinto deste valor foi gasto agora nestes últimos dois meses em apoio a festividades? Façam as contas e verão se tenho ou não razão. Senhores deputados vamos gastar cerca de duzentos mil euros de juros neste dez anos, duzentos mil euros, se olharem para o valor das despesas aprovadas e pagas no apoio às festividades não é nada porque facilmente se gastam duzentos mil euros, mas agora reparem qual é retorno para o concelho com a realização destas festividades, é que nós não encontramos indícios desse retorno. Gastaram-se cerca de cento e quinze mil euros com a realização do encontro nacional da CPCJ e penso que tínhamos no concelho infraestruturas condignas para receber todos estes participantes sem recorrer a contratações externas, como por exemplo o aluguer de tendas e de mobiliário e este retorno corresponde ao valor do investimento? Espero que sim.

Será necessário fazermos obras essenciais para o município e há pouco falava-se no desperdício de água nas obras que são necessárias para a manutenção das redes de abastecimento de água porque há efetivamente desperdício de água, mas isto parece-me uma obra normal, parece-me uma obra imprescindível, não para estes dois ou três anos, mas para os dez anos que se seguem e será necessário recorrermos a empréstimo para fazer obras desta natureza e com isto concluo, será que não vivemos para além dos financiamento comunitários, não temos orçamento para além dos investimentos comunitários e a resposta é não temos senhor Presidente, para gastarmos cerca um quinto em despesas para apoio a festividades, obviamente que não temos dinheiro para realizar obras essenciais neste concelho. Por isso, deixo já aqui declarado o nosso sentido de voto, votamos contra a contratação deste empréstimo e só e exclusivamente por esta justificação que agora acabo de dar.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ depois de termos analisado com muita atenção este documento chegámos à conclusão que não estavam aqui especificadas as obras onde é que seriam aplicadas as verbas do empréstimo, vendo somente os documentos relativos ao contrato com a instituição bancária. Será por lapso meu, já que não estive na última sessão da assembleia municipal como a senhora deputada do PSD acabou de explicar e se me quiserem elucidar sobre o assunto agradecia.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia informou que efetivamente na última sessão da assembleia municipal realizada no mês de abril foram votadas as obras que iriam ser incluídas na contratação deste empréstimo e que estão incluídas na ata da sessão do dia 28 de abril e que foi distribuída a todos os senhores deputados e também a senhora deputada a recebeu dado que a documentação a ser tratada nesta sessão já lhe foi enviada em devido tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ este empréstimo, como foi referido na sessão anterior, é possível, primeiro porque a Câmara Municipal de Idanha tem uma situação económica e financeira com dezoito e meio por cento de capacidade de endividamento, ou seja, a senhora deputada Susana quando veio aqui falar estava a falar de alguns cenários que são cenários de câmaras que têm de facto um cenário duvidoso, quando nós temos dezoito e meio por cento de capacidade de endividamento, temos câmaras aqui bem perto que têm taxas de endividamento na ordem dois duzentos e tais por cento e a nossa capacidade de endividamento é elevada porque nós tratamos bem as nossas contas, porque os investimentos que fazemos, como a senhora diz, nas festividades e como por exemplo a do Ladoeiro, que nós não vendíamos a melancia e enquanto nós não começamos com o festival, não vendíamos absolutamente nada, hoje vendemos toneladas e a melancia é conhecida em todo o país. Qual é o retorno económico de tudo isto? O primeiro festival que fizemos teve três expositores e ainda foi por favor que lá estiveram, mas hoje nós temos uma enorme quantidade de expositores, vendem-se na feira, diretamente muitas toneladas de melancia e vendem-se ao longo do ano muitíssimas para as grandes superfícies. Portanto quando falamos disto também falamos no festival da caça e da gastronomia de Termas de Monfortinho, o do azeite em Proença-a-Velha e outros que fazemos ao longo do ano. As atividades que fazemos, primeiro que tudo quando nós conseguimos uma capacidade de ir buscar receitas que aumentaram trinta por cento, é porque nós as temos fundamentado bem e temos conseguido ir buscar tudo isso. E isto tem permitido, quando nós entramos para a câmara municipal com o engenheiro Álvaro Rocha nós tínhamos sete ou oito unidades hoteleiras no concelho de Idanha e hoje temos quarenta e uma, temos trinta e cinco restaurantes só para não falar na atividade económica que diga diretamente respeito aos produtos que nós produzimos, transformamos, também vamos com isto conseguindo trazer ao longo do ano atividades diretamente dos eventos que acontecem e indiretamente aqueles que nos visitam que depois transmitem a outros que por sua vez nos vêm visitar. Temos por exemplo os participantes no ACANAC, cujo retorno não é direto, mas indireto, porque quando chegam a casa transmitem o que viram e por sua vez mais tarde certamente que seremos visitados por uma grande parte de familiares, o caso dos participantes no encontro da CPCJ já é um retorno direto porque durante três ou quatro dias pernoitaram e comeram no concelho tendo pago as suas despesas. Portanto o retorno foi direto imenso e o indireto se verá. Com estas atividades temos conseguido de uma forma sustentável fazer atividades para captar investimento, primeiro dos empresários que estão em Idanha, temos conseguido trazer investimento de fora e temos conseguido direta e indiretamente retorno financeiro. Se me perguntar se estou satisfeito, certamente que lhe direi não, porque ainda temos muito para trabalhar, mas os números são claros para nós e portanto esta proposta de empréstimo que aqui apresentamos é para financiar obras que temos que fazer no concelho de Idanha e essas obras são muito de manutenção das nossas infraestruturas e de outras novas que temos que fazer.

A nossa capacidade de endividamento neste momento, que é uma capacidade muito menos restritiva que durante o governo anterior, mas à luz dessas medidas mais restritivas nós temos uma capacidade de ir agora a buscar, se quiséssemos, até quatro milhões de euros e há outros municípios que vão pedir empréstimos para saneamento financeiro e que têm muitas dificuldades porque têm que justificar e nós não é para saneamento financeiro, é para investimentos.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu para votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à contratação de empréstimo de longo prazo para fazer face a investimentos municipais, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: três - Susana Martins, Paula Cristina Ribeiro, e Paulo Baptista

Votos de abstenção: um – Maria de Lurdes Boavida;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS EM CONTRA – SUSANA ISABEL PRELHAZ MARTINS, PAULA CRISTINA LOPES D’ALMEIDA RIBEIRO E PAULO FERNANDO RIBEIRO DE MENDONÇA BAPTISTA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO – MARIA DE LURDES DOS SANTOS QUARESMA BOAVIDA E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia informou que a sessão iria ser suspensa por um período de quinze minutos.

Terminado o período de suspensão, o senhor Presidente da Assembleia deu seguimento à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO/REATIVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais aos enunciados na proposta enviada.

O senhor Presidente da Câmara disse que “este ponto da ordem de trabalhos vem aqui no seguimento de um trabalho que temos feito no âmbito da educação e também porque a carta educativa que está em vigor tinha um tempo de validade de cinco anos e que já passou e é necessário retomar a validade de uma carta educativa que obviamente hoje reflete uma realidade diferente que nós trabalhamos, não apenas carta educativa mas enquanto projeto educativo. Foi um trabalho que nós entendemos fazer em colaboração com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, mais propriamente com a Escola Superior de Educação e a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova e também com as diferentes instituições do concelho de Idanha que estão ligadas à questão da educação, falamos no Agrupamento de Escolas, na EPRIN, a rede de creches e jardins-de-infância e também as Associações de Pais, as nossas IPSS,s, portanto toda a comunidade ligada à área da educação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 26 DE 23-06-2017

A Escola Superior de Educação de Castelo Branco já nos apresentou um projeto educativo para o concelho de Idanha tendo por base a nossa estratégia de investimento na educação desde os zero aos cento e catorze anos. Aqui é referida a questão da Universidade Sénior na questão que temos toda uma vida de aprendizagem e de ensino, mas também de transmissão de conhecimento que herdamos dos nossos pais e dos nossos avós para os nossos filhos.

Por tudo isto, faz sentido criarmos agora o Conselho Municipal de Educação, porque entretanto desde a sua criação aqui há uns anos, houve um conjunto de alterações legislativas sobre esta questão, portanto aqui é uma criação no sentido de reativar o Conselho Municipal de Educação de Idanha-a-Nova, que depois de seguida será este conselho que irá dar parecer sobre a Carta Educativa do Município de Idanha-a-Nova, para ser submetida a sessão do órgão executivo e de seguida presente à Assembleia Municipal para aprovação final. Portanto todo este projeto de carta educativa já teve esta consulta às diversas entidades e agora fará sentido que siga todos estes passos políticos e este passo político começa exatamente por esta proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de criação do Conselho Municipal de Educação de Idanha-a-Nova nos termos em que é proposto, pelo que apelo à sua aprovação.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ senhor Presidente, pergunto se já há uma estrutura orgânica deste conselho, quantos membros desta assembleia vão integrar o conselho, e gostaria também de saber, isto quando fosse aprovada a carta educativa, isto porque em todas as assembleias nós falamos aqui de educação e há pelo menos um membro desta assembleia que integra a orgânica da CPCJ e que nos fosse pelo menos entregue a cada grupo municipal distribuída esse documento da carta educativa.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maris de Lurdes Boavida que disse que “ queria só fazer uma pergunta que nos surgiu quando estávamos a analisar o documento, esta proposta de criação do Conselho Municipal de Educação se este conselho vai trabalhar em conjunto com a equipa que está a elaborar a Carta Educativa do Município de Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia informou que a composição do Conselho Municipal de Educação está definida pela Lei 7/2003, de 15 de janeiro e é a seguinte:

1 — Integram o conselho municipal de educação:

- a) O presidente da câmara municipal, que preside;
- b) O presidente da assembleia municipal;
- c) O vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos;
- d) O diretor regional de educação com competências na área do município ou quem este designar em sua substituição.

2 — Integram ainda o conselho municipal de educação, os seguintes representantes, desde que as estruturas representadas existam no município:

- a) Um representante das instituições de ensino superior público;
- b) Um representante das instituições de ensino superior privado;
- c) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

- d) Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
- e) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
- f) Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;
- g) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;
- h) Um representante das associações de estudantes;
- i) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;
- j) Um representante dos serviços públicos de saúde;
- l) Um representante dos serviços da segurança social;
- m) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
- n) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
- o) Um representante das forças de segurança.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia dado não haver mais pedidos de intervenção submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à criação do Conselho Municipal de Educação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À CRIAÇÃO/REATIVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que” o grupo municipal do partido socialista propõe o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, senhor Vítor Manuel de Jesus Mascarenhas para integrar o Conselho Municipal de Educação de Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que” gostava de saber o curriculum na área da educação e qual o contributo que pode dar o senhor Presidente de Junta agora indicado para integrar o conselho.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ o grupo municipal reuniu e decidimos que entre os presidentes de junta em termos de formação na área da educação e da vontade expressa das pessoas e por estar mais próximo da sede de concelho ele aceitou o desafio e nós estamos a propô-lo, e se assim o entenderem ele pode ser eleito ou não e na legislação não há nada que diga que determinado representante deverá ter estas ou aquelas qualidades, funções ou formações para desempenhar o cargo. “

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia disse que “eu estive presente na reunião preparatória desta assembleia que habitualmente o grupo municipal do PS faz, enquanto membro do grupo e não como Presidente da Assembleia, e conhecendo a pessoa em questão que manifestou interesse enquanto Presidente da Junta de Freguesia em fazer parte do conselho municipal de educação, porque este é o requisito que é ser Presidente de Junta de Freguesia e não outro, reconheço ao senhor Vitor Mascarenhas pelo desempenho que tem, nomeadamente junto do Corpo Nacional de Escutas por exemplo, da sua ligação à juventude e pela disponibilidade que ele manifestou que decidimos propô-lo para exercer este cargo.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ agradeço a sua explicação que mais que justificou a escolha do grupo municipal do partido socialista em apontar o senhor Presidente de Junta em questão, que afinal de contas bastava ter dito que ele mostrou-se disponível e com vontade de integrar este conselho.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ nós não sabíamos quem iria ser proposto, mas uma vez que foi proposto o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes com o qual nós concordamos perfeitamente uma vez que em Idanha-a-Nova há todas as vertentes do ensino, desde o berçário ao ensino superior que era uma dúvida que me surgia nessa tal abrangência da carta educativa.”

Terminada a intervenção da senhora deputada e não havendo mais pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia submeteu para votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à eleição de um presidente de junta de freguesia/união de freguesias para integrar o conselho municipal de educação de Idanha-a-Nova, na pessoa do senhor Vitor Manuel de Jesus Mascarenhas, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado o senhor Vitor Manuel de Jesus Mascarenhas foi eleito por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, ELEGER PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, O SENHOR VITOR



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

MANUEL DE JESUS MASCARENHAS, PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE IDANHA-A-NOVA E ALCAFOZES, EM REPRESENTAÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS, DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017 – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos adicionais à proposta enviada.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “esta proposta de alteração ao quadro de pessoal da Câmara Municipal vem no seguimento das normas estabelecidas no orçamento do estado para o ano de 2017. Quando em outubro de 2016 o executivo municipal aprovou o orçamento para o ano de 2017 ainda não tinha sido aprovado o orçamento do estado igualmente para o ano de 2017, o qual veio trazer possibilidade de alterações no mapa de pessoal dos municípios portugueses, nomeadamente haver uma maior autonomia para que os municípios possam gerir o pessoal que constitui os seus quadros. E como pensamos que o investimento num mapa de pessoal mais técnico é fundamental para podermos ter um bom funcionamento e o que vimos aqui propor tem a ver com um conjunto de candidaturas que estamos a fazer e eu para o seu cabal funcionamento é necessário dotarmo-nos de recursos humanos qualificados.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ esta proposta refere-se a novos funcionários ou a funcionários da câmara municipal e que podem ser promovidos?”

O senhor Presidente da Câmara disse que a admissão destes funcionários está dependente de concurso externo, podendo também funcionários do município candidatar-se desde que tenham condições técnicas e formativas.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2017, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Paula Cristina Almeida e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SETE: TRANSFERÊNCIA PARA AS FREGUESIAS/UNIÃO DE FREGUESIAS PARA AUXÍLIO NO ÂMBITO ESCOLAR – HIGIENE, LIMPEZA E EXPEDIENTE – O senhor Presidente informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à transferência para as Freguesias/União de Freguesia para auxílio no âmbito escolar – higiene, limpeza e expediente, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À TRANSFERÊNCIA PARA AS FREGUESIAS/UNIÃO DE FREGUESIAS, PARA AUXÍLIO NO ÂMBITO ESCOLAR – HIGIENE, LIMPEZA E EXPEDIENTE.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO OITO: ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “gostava de entender porque é que nós devemos fazer parte e é mais uma associação da qual podemos ou não fazer parte e eu gostava de saber a opinião do senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a adesão ou não e em função disso depois determinaremos o nosso sentido de voto.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “o poder autárquico em Portugal já tem uma associação, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que, pensamos nós, representa na totalidade e bem, os anseios de quem dirige os concelhos. Portanto a Associação Nacional dos Municípios Portugueses é uma associação de âmbito nacional que cumpre a sua função e portanto não vejo que seja necessário mais uma diversificação à Associação Nacional de Municípios. Nós não concordamos com esta Associação Nacional das Assembleias Municipais.”

Terminada a intervenção da senhora deputada o senhor Presidente da Assembleia disse que “aquilo que me é dado observar a mim, enquanto Presidente da Assembleia Municipal e do contacto que tive com a direção desta associação, quer por troca de correio eletrónico, quer através de um contacto telefónico que fiz com um dos representantes da associação, até à realização desta sessão, estariam cerca de noventa assembleias municipais a fazer parte desta associação, esperando a direção que nas sessões das assembleias municipais de junho e de setembro, mais algumas assembleias municipais viessem a aderir. Isto tem um custo, obviamente, e no nosso caso é de mil euros anuais e a minha opinião de que nós façamos parte desta associação. E porquê? Não quero fazer disto uma questão política e muitos presidentes de assembleias municipais sentem que não é reconhecida a assembleia municipal do real valor que tem junto da autarquia. Por essa razão e porque entendem alguns presidentes de assembleias municipais que desta associação representa bem as assembleias municipais e por essa razão entendo, enquanto presidente e membro da assembleia municipal, que não virá mal ao mundo que a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova faça parte desta associação.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “nós debatemo-nos aqui com uma dificuldade em perceber o que é que nós vamos votar. São vários documentos efetivamente e aquilo que a associação vem pedir a esta assembleia é que esta assembleia faça uma recomendação à câmara municipal para que esta delibere que remeta novamente à assembleia municipal para que esta delibere sobre a adesão ou não à associação e isto é referido no ponto catorze dos considerandos diz *por conseguinte, deve em primeira linha a assembleia municipal recomendar à câmara municipal que esta delibere a participação do município neste projeto que é a ANAM, para que então, o executivo municipal proponha à assembleia municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM*, e por isso pergunto o que é que o senhor Presidente da Assembleia quer fazer, o que é que quer que sai desta assembleia.”

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da senhora deputada, pois efetivamente este ponto catorze não tinha sido bem interpretado, mas em face desta interpretação, o que esta assembleia vai votar é a recomendação à câmara municipal para deliberar sobre a participação do Município de Idanha-a-Nova na Associação Nacional das Assembleias Municipais, com uma quota anual de mil euros, indicando o Presidente da Assembleia como seu representante na ANAM.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

Submetida a proposta a votação foi apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: um – Maria de Lurdes Boavida;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA, devendo a Mesa da Assembleia Municipal enviar esta recomendação ao executivo municipal.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO NOVE: PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A COMUNE DI FINALE LIGURE (SAVONA, ITÁLIA) – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para nos elucidar mais sobre esta proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse que “estamos a falar de um município italiano com quem já temos colaborado há três anos a propósito de uma recreação histórica que se faz no concelho de Idanha, mais propriamente em Monsanto com a festa do castelo, em que este município italiano tem estado presente e que nós também retribuímos essa visita no final de agosto, quando eles têm as suas festas. O objetivo é o de aproximar estas duas regiões através da receção de turistas. Monsanto tem para este município de Itália uma atração muito especial e tem permitido aqui algumas colaborações pretendendo que de futuro os fluxos turísticos italianos aumentem na nossa região.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido, o senhor Presidente submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à geminação entre o Município de Idanha-a-Nova e a Comune Di Finale Ligure (Savona, Itália), tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 26 DE 23-06-2017**

**GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A COMUNE DI
FINALE LIGURE – SAVONA, ITÁLIA.”**

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido para uso da palavra por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.